



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SEE/SRE SSPARAÍSO DIVOF COMPRAS - Superintendência Regional de
Ensino de São Sebastião do Paraíso / Diretoria Administrativa e Financeira
/ Divisão Operacional e Financeira / Setor de Compras

v2.2025.01

CONTRATO Nº009497340/2026, DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O
ESTADO DE MINAS GERAIS,
POR INTERMÉDIO DA
SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL DE ENSINO DE SÃO
SEBASTIÃO DO PARAÍSO E A
EMPRESA BSC SEGURANCA
ELETRONICA E TECNOLOGIA
LTDA.

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso CONTRATANTE, com sede na Rua Dr. Placidino Brigagão, nº 961, centro. Edifício Ouro Verde,, na cidade de São Sebastião do Paraíso, CEP: 37.950-014, Estado de Minas Gerais, endereço de correio eletrônico: sre.ssparaíso.gab@educacao.mg.gov.br, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.715.599/0032-01, doravante denominado(a) CONTRATANTE, neste ato representado por Maísa Cláudia de Mello, inscrito no Masp nº1.058.939-8, Resolução de competência nº 4969 de 08/03/2024 e **BSC SEGURANCA ELETRONICA E TECNOLOGIA LTDA**, endereço de correio eletrônico adiministrativo@anjossistemas.com, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número 17.676.389/0001-92, com sede na Avenida Elias Cruvinel, 1306, bairro Boa Vista, Uberaba/ MG, CEP: 38.070-100, neste ato representada pelo Sr. Bruno Silva Costa, doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 01/2026**, em observância às disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à legislação estadual, às disposições deste Contrato e, ainda, no que couber, às demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a prestação de **serviço contínuo de vigilância e monitoramento eletrônico 24h de câmeras e alarme, em regime de comodato, com manutenção preventiva e corretiva para a sede da SRE de São Sebastião do Paraíso**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, que deve ser executado conforme condições do Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. Termo de Referência;
- 1.2.2. Edital de Licitação;
- 1.2.3. Informações inseridas no Portal de Compras de Minas Gerais;
- 1.2.4. Proposta comercial do CONTRATADO;
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos acima.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de execução e de gestão contratuais, assim como os prazos e condições de entrega e de recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência é de 02 (dois) anos contado(s) a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. As prorrogações do contrato somente ocorrerão mediante comprovação da vantajosidade e do interesse público, e serão condicionadas ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. (art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências dos efeitos de aplicação das sanções.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O valor mensal da contratação é de **R\$954,16 (Novecentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos)** perfazendo o total de **R\$22.899,84 (Vinte e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos)**.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo indicada(s):

1261.12.368.169.2064.0001.339039 Fonte 10.1.0 - UPG 7351

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data do orçamento estimado, estabelecida pela data da assinatura do Mapa Comparativo de Preços., em 30/10/2025, conforme disposto nos arts. 92, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. O direito a que se refere o item 7.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da contratada até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 (doze) meses sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 7.1.

7.4. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.4.1. Considera-se data do orçamento estimado a data de assinatura do Mapa Comparativo de preços.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o

CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Os preços contratados poderão ser atualizados, por meio de Termo Aditivo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme disposto no art. 124, II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por acordo entre as partes, e poderá ser solicitado pelo CONTRATANTE ou pelo CONTRATADO, mediante pedido formal.

7.7.1.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.1.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

8.1. As obrigações técnicas relativas à execução do objeto (descrição, funcionamento e aplicação) estão descritas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de serviço de baixo risco econômico-financeiro, cuja fiscalização e controle pela Administração asseguram a boa execução, além de se evitar oneração indevida do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas incidentes à inexecução do objeto são descritas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato poderá ser extinto em decorrência do não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, e demais motivos previstos no [artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 11.4. As hipóteses dos itens 11.2 e 11.3 deverão ser objeto de decisão motivada pela autoridade competente, devidamente formalizada nos autos, assegurando-se transparência e respeito ao princípio da motivação dos atos administrativos.
- 11.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.6. O termo de extinção do Contrato será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.6.3. Indenizações e multas.
- 11.7. As partes entregarão, no momento da extinção, a documentação e eventual material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.
- 11.8. No procedimento que visar à extinção do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.
- 11.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 12.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 2018.
- 12.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador e o CONTRATADO assume o papel de operador conforme artigo 5º, VI e VII da Lei Federal nº 13.709, de 2018.
- 12.3. O CONTRATADO deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.
- 12.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 3 (três) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.
- 12.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.
- 12.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CONTRATADO, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.
- 12.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709, de 2018, suas alterações e regulamentações posteriores, quando necessário.

12.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 124 de Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

13.1.1. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.2. As supressões poderão ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja acordo entre as partes.

13.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto-Lei nº 4.657, de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) e demais normas relativas a licitações e contratos administrativos e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89 da Lei 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Este contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.1.1. O Portal de Compras está integrado ao PNCP para fins de cumprimento do art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Maísa Cláudia de Mello, Superintendente**, em 05/03/2026, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Silva Costa, Usuário Externo**, em 06/03/2026, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **128709182** e o código CRC **BD499E5F**.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Rua Dr Placidino Brigagao, 961 - Bairro centro / São Sebastião do Paraíso - CEP 37950-014

Versão v.20.08.2019.

Processo nº 1260.01.0123736/2025-69

CONTRATO DE COMODATO - VINCULADO AO CONTRATO Nº009497340/2026

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso, com sede na Rua Dr. Placidino Brigagão, nº 961, bairro centro, Edifício Ouro Verde, na cidade de São Sebastião do Paraíso, CEP: 37.950-014, Estado de Minas Gerais, endereço de correio eletrônico: sre.ssparaíso.gab@educacao.mg.gov.br, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.599/0032-01, doravante denominado COMODATÁRIO, neste ato representado por Maísa Cláudia de Mello, inscrita no Masp nº1.058.939-8, Resolução de competência nº 4969 de 08/03/2024 e **BSC SEGURANCA ELETRONICA E TECNOLOGIA LTDA**, endereço de correio eletrônico **adiministrativo@anjossistemas.com**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número 17.676.389/0001-92, com sede na Avenida Elias Cruvinel, 1306, bairro Boa Vista, Uberaba/ MG, CEP: 38.070-100, neste ato representada por Sr. Bruno Silva Costa, doravante denominado COMODANTE, celebram o presente Contrato de Comodato de sistema de monitoramento eletrônico, vinculado ao Contrato de Prestação de Serviços **nº009497340/2026**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 01/2026, em observância às disposições da Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à legislação estadual, às disposições deste Contrato e, ainda, no que couber, às demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a cessão, em **regime de comodato**, do sistema completo de monitoramento eletrônico, composto por câmeras de vigilância, central de alarme, sensores, cabos, acessórios e demais componentes técnicos conforme:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	Central de alarme monitorável
01	Teclado
01	Módulo Ethernet
01	Módulo GPRS
01	Módulo expensor

01	Sirene
01	Bateria de alarme
20	Sensores infravermelho com fio
01	Caixa rack para cftv 8U
01	Gravador digital 32 canais Full HD
01	HD 6 TB 3,5 (disco rígido)
01	Fonte de energia 10 amp
25	Câmeras com Infravermelho Interno e Externo/ Full HD* color 02 mega (colorida a noite)
01	Nobreak 1800 va bivolt
25	Caixas Plásticas Organizadoras Câmera Cftv Sobrepor

1.2. O sistema será instalado e utilizado exclusivamente no endereço do COMODATÁRIO, situado à Rua Dr. Placidino Brigagão, nº 961, centro. Edifício Ouro Verde, na cidade de São Sebastião do Paraíso, CEP: 37.950-014.

1.3. Todos os materiais e insumos, tais como: cabeamento, parafusos, buchas, pregos, ferramentas, etc., necessários para instalação e bom funcionamento dos equipamentos do sistema de vigilância e monitoramento eletrônico 24h de câmeras e alarme, serão fornecidos exclusivamente pelo COMODANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PROPRIEDADE

2.1. Os bens cedidos permanecerão de exclusiva propriedade da COMODANTE, caracterizando-se a posse do COMODATÁRIO como precária.

2.2. É vedado ao COMODATÁRIO alienar, ceder, transferir, emprestar, dar em garantia ou dispor, sob qualquer forma, dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO

Constituem obrigações do COMODATÁRIO:

- zelar pela guarda, conservação e uso adequado dos equipamentos;
- responder por perdas e danos decorrentes de mau uso, negligência ou dolo;
- permitir o acesso da COMODANTE para vistoria, manutenção preventiva e corretiva;
- comunicar imediatamente qualquer defeito, extravio, furto, roubo, sinistro ou avaria;
- devolver os equipamentos, findo o contrato, em perfeitas condições de uso, ressalvado o desgaste natural.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

São obrigações da COMODANTE:

- disponibilizar os equipamentos novos, modernos e de boa procedência, que atendam aos padrões mínimos de qualidade e aos padrões técnicos atuais da ABNT, não se admitindo a instalação de equipamentos e materiais usados.
- realizar as manutenções preventivas, de forma remota e presencial, mensal ou bimestral. Verificar o estado geral dos equipamentos; limpeza das lentes das câmeras e dos sensores de movimento, magnéticos e detectores; inspeção de cabos, conectores e canaletas; testes funcionais e qualitativos dos equipamentos e toda e qualquer manutenção necessária decorrente do uso regular e natural dos bens;

- c) realizar as manutenções corretivas, de forma remota e presencial, sempre que necessário.
- d) substituir os equipamentos defeituosos sempre que necessário.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente contrato de comodato terá o mesmo prazo de vigência do contrato principal de 02 (dois) anos, contado(s) a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2. As prorrogações do contrato principal e, conseqüentemente deste contrato de comodato, somente ocorrerão mediante comprovação da vantajosidade e do interesse público, e serão condicionadas ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. (art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5.3. A extinção do contrato principal de prestação de serviços de monitoramento eletrônico implicará na imediata rescisão do comodato, obrigando o COMODATÁRIO à devolução dos equipamentos.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE

6.1. Em caso de perda, extravio, furto, roubo, destruição ou dano irreparável dos equipamentos, por culpa ou dolo do COMODATÁRIO, este se obriga a indenizar a COMODANTE pelo valor de reposição atualizado de mercado, conforme orçamento apresentado.

6.2. Na hipótese de sinistro decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, o COMODATÁRIO ficará isento de responsabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO

7.1. Este contrato de comodato será extinto quando da extinção do contrato principal nº .

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O presente contrato não transfere quaisquer direitos de propriedade intelectual ou de tecnologia relativos ao sistema cedido.

8.2. O COMODATÁRIO declara ter recebido os equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento, comprometendo-se a devolvê-los nas mesmas condições.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

COMODANTE

COMODATÁRIO



Documento assinado eletronicamente por **Maísa Cláudia de Mello, Superintendente**, em 05/03/2026, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Silva Costa, Usuário Externo**, em 06/03/2026, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **134620607** e o código CRC **548ECC4F**.
